

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	64

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	24/07/2015	Dividendo	31/12/2015	Ordinária		0,53702
Assembléia Geral Ordinária	24/07/2015	Dividendo	31/12/2015	Preferencial	Preferencial Classe B	0,53702
Assembléia Geral Ordinária	24/07/2015	Dividendo	31/12/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	0,53702

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	4.609.720	4.028.141
1.01	Ativo Circulante	1.566.458	1.219.266
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.230	180.434
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.262	11.455
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.262	11.455
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	7.262	11.455
1.01.03	Contas a Receber	1.427.621	934.707
1.01.03.01	Clientes	743.929	506.914
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionárias	829.130	567.489
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-113.587	-97.933
1.01.03.01.03	Partes relacionadas	78	40
1.01.03.01.04	Consumidores Baixa Renda	28.308	37.318
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	683.692	427.793
1.01.03.02.02	Serviços em Curso	55.982	62.758
1.01.03.02.05	Outros Créditos	134.620	109.667
1.01.03.02.08	Subvenção CDE - desconto tarifário	259.489	103.303
1.01.03.02.09	Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	230.445	151.480
1.01.03.02.10	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	3.156	585
1.01.06	Tributos a Recuperar	74.345	92.670
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	74.345	92.670
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	74.345	92.670
1.02	Ativo Não Circulante	3.043.262	2.808.875
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.239.531	1.208.686
1.02.01.03	Contas a Receber	10.845	6.695
1.02.01.03.01	Clientes	27.875	22.520
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	-17.030	-15.825
1.02.01.06	Tributos Diferidos	111.238	115.731
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.238	115.731
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.117.448	1.086.260
1.02.01.09.03	Depósitos vinculados a Litigio	41.844	34.005
1.02.01.09.04	Outros Créditos	26.999	25.486
1.02.01.09.05	Benefício fiscal	56.606	64.655
1.02.01.09.06	Ativo indenizavel (concessao)	889.932	783.713
1.02.01.09.08	Tributos a compensar	28.841	18.488
1.02.01.09.10	Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	73.226	154.929
1.02.01.09.11	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	4.984
1.02.03	Imobilizado	55.487	48.784
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55.487	48.784
1.02.04	Intangível	1.748.244	1.551.405
1.02.04.01	Intangíveis	1.748.244	1.551.405
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.665.647	1.489.891
1.02.04.01.02	Softwares	82.597	61.514

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	4.609.720	4.028.141
2.01	Passivo Circulante	1.357.339	829.870
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.746	39.627
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.746	39.627
2.01.02	Fornecedores	511.155	434.264
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	511.155	434.264
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	384.795	340.151
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	126.360	94.113
2.01.03	Obrigações Fiscais	117.563	73.581
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.236	17.933
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	83.227	54.112
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.100	1.536
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	395.797	131.530
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	205.505	72.189
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	205.407	72.124
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	98	65
2.01.04.02	Debêntures	190.292	59.341
2.01.04.02.01	Debentures	190.292	59.341
2.01.05	Outras Obrigações	247.589	98.794
2.01.05.02	Outros	247.589	98.794
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	72.667	42.354
2.01.05.02.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	2.040	770
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	32.260	51.786
2.01.05.02.11	Taxas Regulamentares	140.622	3.884
2.01.06	Provisões	48.489	52.074
2.01.06.02	Outras Provisões	48.489	52.074
2.01.06.02.05	Provisões Luz para Todos	48.489	52.074
2.02	Passivo Não Circulante	1.247.334	1.482.427
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	901.531	1.134.099
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	638.933	725.949
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	628.091	718.574
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.842	7.375
2.02.01.02	Debêntures	262.598	408.150
2.02.01.02.01	Debentures	262.598	408.150
2.02.02	Outras Obrigações	156.997	165.137
2.02.02.02	Outros	156.997	165.137
2.02.02.02.03	Fornecedores	6.765	6.874
2.02.02.02.04	Tributos a Pagar	14.135	15.045
2.02.02.02.05	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	85.396	90.312
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	50.701	52.906
2.02.04	Provisões	188.806	183.191
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	188.806	183.191
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.971	1.997
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	39.275	32.690
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	78.580	60.152
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	68.980	88.352

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido	2.005.047	1.715.844
2.03.01	Capital Social Realizado	442.946	442.946
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.201.730	910.551
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	562.375	487.696
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	590.510	374.010
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.700	3.676

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.130.164	3.617.339
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.440.148	-2.965.307
3.03	Resultado Bruto	690.016	652.032
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-185.490	-140.900
3.04.01	Despesas com Vendas	-35.002	-12.059
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-145.018	-113.162
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.470	-15.679
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	504.526	511.132
3.06	Resultado Financeiro	-64.175	-271.877
3.06.01	Receitas Financeiras	188.994	68.236
3.06.02	Despesas Financeiras	-253.169	-340.113
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	440.351	239.255
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-77.281	12.304
3.08.01	Corrente	-71.878	-80.614
3.08.02	Diferido	-5.403	92.918
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	363.070	251.559
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	363.070	251.559
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	4,66000	3,23000
3.99.01.02	PNA	4,66000	3,23000
3.99.01.03	PNB	4,66000	3,23000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	4,66000	3,23000
3.99.02.02	PNA	4,66000	3,23000
3.99.02.03	PNB	4,66000	3,23000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	363.070	251.559
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.769	-7.991
4.02.03	Perdas com instrumentos financeiros	-2.993	-1.123
4.02.04	Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros	1.017	382
4.02.05	Ganho (perda) atuarial em benefício pós-emprego	314	-10.985
4.02.06	Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	-107	3.735
4.03	Resultado Abrangente do Período	361.301	243.568

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	474.294	222.639
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	737.632	673.502
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	363.070	251.559
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.465	3.401
6.01.01.03	Receita (despesa) de ativo indenizável	-41.381	104.977
6.01.01.04	Amortização e depreciação	156.474	184.425
6.01.01.05	Variações monetárias e juros	157.611	111.015
6.01.01.06	Baixas de intangível em serviço e de ativo imobilizado	12.052	20.007
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	5.403	-92.919
6.01.01.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	47.017	43.648
6.01.01.09	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-45.047	0
6.01.01.11	Benefício fiscal	8.049	8.794
6.01.01.13	Resultado atuarial	12.760	8.163
6.01.01.14	Provisão para perdas em estoques	0	-329
6.01.01.17	P&D e eficiência energética	32.159	30.761
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-263.338	-450.863
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-270.630	-75.735
6.01.02.03	Subvenção CDE-desconto tarifário	-149.455	-91.624
6.01.02.05	Tributos a compensar	7.972	-31.162
6.01.02.06	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	47.785	-306.409
6.01.02.09	Depósitos vinculados a litígios	-7.839	8.259
6.01.02.10	Outros créditos	-29.716	-23.825
6.01.02.11	Fornecedores	76.782	90.724
6.01.02.12	Obrigações trabalhistas	-2.881	7.518
6.01.02.13	Obrigações fiscais	43.897	-3.675
6.01.02.14	Taxas regulamentares	136.738	438
6.01.02.16	Obrigações com benefícios pós-emprego	-16.091	-12.572
6.01.02.18	Pagamento das Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-41.402	-22.394
6.01.02.19	Outras obrigações	-58.498	9.594
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-422.687	-270.041
6.02.01	Aplicações no intangível e imobilizado	-426.880	-270.609
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.193	568
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-174.811	132.549
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	142.541	581.477
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-103.207	-278.488
6.03.04	Pagamentos de juros de empréstimos	-83.683	-40.258
6.03.05	Pagamentos de debêntures	-52.000	0
6.03.06	Pagamentos de juros de debêntures	-35.852	-35.730
6.03.07	Pagamento contrato de dívida faelce	0	-12.824
6.03.08	Pagamento de dividendos	-41.785	-76.772
6.03.09	Parcelamento especial	-825	-4.856
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-123.204	85.147
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	180.434	95.287
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57.230	180.434

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.671	910.551	0	3.676	1.715.844
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.671	910.551	0	3.676	1.715.844
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-72.098	0	-72.098
5.04.08	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-72.098	0	-72.098
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	363.277	-1.976	361.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	363.070	0	363.070
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	207	-1.976	-1.769
5.05.02.06	Ganho com Benefício Pós-Emprego	0	0	0	0	314	314
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-107	-107
5.05.02.08	Transferência para Lucros Acumulados	0	0	0	207	-207	0
5.05.02.09	Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	0	0	0	0	-2.993	-2.993
5.05.02.10	Tributos Diferidos s/ Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	0	0	0	0	1.017	1.017
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	291.179	-291.179	0	0
5.06.04	Reserva de Lucro Incentivo Fiscal - SUDENE	0	0	74.679	-74.679	0	0
5.06.05	Reserva de Reforço de Capital de Giro	0	0	216.500	-216.500	0	0
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	1.201.730	0	1.700	2.005.047

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.671	760.289	0	4.417	1.566.323
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.671	760.289	0	4.417	1.566.323
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-52.820	-41.810	0	-94.630
5.04.06	Dividendos	0	0	-52.820	0	0	-52.820
5.04.08	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-41.810	0	-41.810
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	244.892	-741	244.151
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	251.559	0	251.559
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-6.667	-741	-7.408
5.05.02.06	Perda com Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-10.985	-10.985
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	3.735	3.735
5.05.02.08	Transferência para Lucros Acumulados	0	0	0	-7.250	7.250	0
5.05.02.09	Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	0	0	0	0	-1.123	-1.123
5.05.02.10	Tributos Diferidos s/ Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	0	0	0	0	382	382
5.05.02.11	Dividendos Expirados	0	0	0	583	0	583
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	203.082	-203.082	0	0
5.06.04	Reserva de Lucro Incentivo Fiscal - SUDENE	0	0	84.904	-84.904	0	0
5.06.05	Reserva de Reforço de Capital de Giro	0	0	118.178	-118.178	0	0
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	910.551	0	3.676	1.715.844

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	6.304.128	4.654.235
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.901.715	4.383.166
7.01.02	Outras Receitas	19.079	19.489
7.01.02.02	Provisão para perdas de estoques	0	329
7.01.02.03	Outras receitas	19.079	19.160
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	412.799	254.981
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-29.465	-3.401
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.263.458	-2.761.471
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.790.584	-2.459.109
7.02.04	Outros	-472.874	-302.362
7.02.04.01	Custo de construção	-412.799	-254.981
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-60.075	-47.381
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.040.670	1.892.764
7.04	Retenções	-144.262	-184.425
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-144.262	-184.425
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.896.408	1.708.339
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	188.994	68.236
7.06.02	Receitas Financeiras	188.994	68.236
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.085.402	1.776.575
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.085.402	1.776.575
7.08.01	Pessoal	165.541	136.340
7.08.01.01	Remuneração Direta	104.988	94.762
7.08.01.02	Benefícios	26.124	13.051
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.102	3.999
7.08.01.04	Outros	29.327	24.528
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	7.061	7.539
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	8.917	4.843
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	13.349	12.146
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.287.025	1.031.490
7.08.02.01	Federais	1.054.263	193.329
7.08.02.02	Estaduais	1.231.719	837.753
7.08.02.03	Municipais	1.043	408
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	269.766	356.603
7.08.03.01	Juros	167.668	108.578
7.08.03.02	Aluguéis	16.597	10.479
7.08.03.03	Outras	85.501	237.546
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	85.501	237.546
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.098	41.810
7.08.04.02	Dividendos	72.098	41.810
7.08.05	Outros	290.972	210.332
7.08.05.01	Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	74.679	84.904
7.08.05.02	Reserva de reforço de capital de giro	216.500	118.178
7.08.05.05	Perda atuarial	-207	7.250



Órgão da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2014, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente EY Brasil.

A Companhia Energética do Ceará - Coelce é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo e fornece energia para mais de 61 milhões de clientes residenciais e corporativos em 30 Países.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Decreto 8.203/14 e 8.221/14

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14 que alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2014, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo decorrentes da compra frustrada no leilão de dezembro de 2013, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético para a competência de janeiro de 2014.

Em 2 de abril de 2014 foi publicado o Decreto 8.221/2014, instituindo a criação da, denominada, “CONTA-ACR”, e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos,

A partir de 01/03/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos,

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos e

A partir de 01/09/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

Revisão Tarifária Extraordinária

Foi aprovada a Revisão Extraordinária da COELCE no dia 27 de fevereiro de 2015. A revisão teve como objetivo repassar às tarifas os descasamentos observados entre custos reais e a cobertura tarifárias do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dos custos de compra de energia. O reajuste médio aprovado para a COELCE foi de 10,28% e passou a vigorar a partir de 02 de março de 2015.

Revisão Tarifária Ordinária

A Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária, com data base em 22 de abril de 2015, conforme previsto no contrato de concessão. A ANEEL definiu as tarifas, através da Resolução Homologatória nº 1.882/2015. Essa definição conduz a um efeito tarifário médio para os consumidores cativos da distribuidora de 11,69%, que tem a seguinte composição:

- (i) Reposicionamento tarifário de 4,50%;
- (ii) Adição de componentes financeiros para o período 2015-2016 de 6,67%;
- (iii) Exclusão do componentes financeiros do reajuste de 2014, um impacto positivo de 0,52%.

A Revisão Tarifaria foi aprovado em caráter provisório e seus resultados definitivos serão conhecidos juntos ao processo tarifário de 2016.

Redução do Preço-Teto do PLD

Em 25 de novembro, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015 (redução do limite máximo de R\$/MWh 823 para 388 R\$/MWh como limite máximo e incremento do limite mínimo de 16 R\$/MWh para 30 R\$/MWh). A decisão foi o resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n. 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n. 54/2014. Os novos preços passaram a vigorar a partir da 1ª semana de janeiro de 2015.

Assinatura do Aditivo ao Contrato de Concessão

A Diretoria da ANEEL aprovou no dia 25 de novembro de 2013, durante Reunião Pública, o resultado da Audiência Pública Nº 61/2014, que discutiu o aprimoramento da proposta de aditivo aos Contratos de Concessão das Empresas de Distribuição de Energia. A Agência discutiu o assunto devido ao fato de cada contrato de concessão de distribuição ter uma data própria de reajuste tarifário, que, em sua maioria, não está alinhada com a data de término do contrato de concessão.

Para sanar o problema, a ANEEL decidiu que as distribuidoras serão indenizadas em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. "Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária".

O termo aditivo ao contrato de concessão da Coelce, processo nº 48500.0005603/2014- 05, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2015	2014	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.365	11.231	1,2%
Receita Bruta (R\$ mil)	6.314.514	4.638.147	36,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.130.164	3.617.339	14,2%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	648.789	695.557	-6,7%
Margem EBITDA (%)*	15,71%	19,23%	-3,52 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	17,45%	20,69%	-3,24 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)*	504.527	511.132	-1,3%
Margem EBIT (%)*	12,22%	14,13%	-1,91 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	363.070	251.559	44,3%
Margem Líquida	8,79%	6,95%	1,84 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	9,77%	7,48%	2,29 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	426.667	274.789	55,3%
DEC (12 meses)*	12,26	9,31	31,7%
FEC (12 meses)*	6,81	4,66	46,1%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,17%	98,39%	-0,22 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	13,73%	12,72%	1,01 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.757.580	3.625.137	3,7%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.186	1.213	-2,2%
MWh/Colaborador Próprio*	9.629	9.267	3,9%
PMSO (3)/Consumidor*	143,29	125,13	14,4%
Consumidor/Colaboradores*	543	571	-4,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2015	2014	Var. %
Mercado Cativo	3.377.952	3.294.402	2,5%
Residencial - Convencional	1.799.209	1.362.412	32,1%
Residencial - Baixa Renda	811.364	1.227.942	-33,9%
Industrial	5.908	6.066	-2,6%
Comercial	176.638	176.516	0,1%
Rural	538.147	476.276	13,0%
Setor Público	46.686	45.190	3,3%
Cientes Livres	72	71	1,4%
Industrial	39	38	2,6%
Comercial	33	33	-
Revenda	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	3.378.026	3.294.475	2,5%
Consumo Próprio	402	387	3,9%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	379.152	330.275	14,8%
Total - Número de Consumidores	3.757.580	3.625.137	3,7%

A Coelce encerrou 2015 com um incremento de 3,7% em relação ao número de consumidores registrado em 2014. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda) e rural, com mais 20.219 e 61.871 novos consumidores*, respectivamente.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, impulsionado pelo crescimento econômico do Estado do Ceará. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 164 milhões*.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2015	2014	Var. %
Mercado Cativo	10.145	9.960	1,9%
Cientes Livres	1.220	1.271	-4,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.365	11.231	1,2%

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2015 apresentou um incremento de 134 GWh em relação ao ano de 2014. Este crescimento é o efeito de (i) uma evolução observada no mercado cativo da Companhia de 185 GWh, parcialmente compensado, por (ii) um menor volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2015, que foi 51 GWh inferior ao registrado em 2014. Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2015	2014	Var. %
Residencial - Convencional	2.915	2.494	16,9%
Residencial - Baixa Renda	1.108	1.498	-26,0%
Industrial	1.205	1.202	0,2%
Comercial	2.166	2.077	4,3%
Rural	1.354	1.314	3,0%
Setor Público	1.398	1.375	1,7%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	10.145	9.960	1,9%

O mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 1,9% no ano de 2015 quando comparado com o de 2014. Os principais fatores que ocasionaram essa evolução no consumo foram (i) o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 2,5%, que adicionou mais 83.550 novos consumidores* à base comercial cativa da Companhia, e a (ii) redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 0,7%.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2015	2014	Var. %
DEC 12 meses (horas)	12,26	9,31	31,7%
FEC 12 meses (vezes)	6,81	4,66	46,1%
Perdas de Energia 12 meses (%)	13,73%	12,72%	1,01 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,17%	98,39%	-0,22 p.p
MWh/Colaborador Próprio	9.629	9.267	3,9%
Consumidor/Colaboradores	543	571	-4,9%
PMSO /Consumidor	143,29	125,13	14,5%

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Ambos os indicadores apresentaram incrementos em 2015 em relação a 2014, afetados fortemente pelo reflexo das interrupções ocorridas na Rede Básica (eventos externos e não geridos pela Companhia), mas que impactam o fornecimento de energia na área de distribuição da Coelce.

A Coelce investiu R\$ 65 milhões* em qualidade do sistema no ano de 2015, e R\$ 36 milhões* no combate às perdas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2015	2014	Var. %
Receita Operacional Bruta	6.314.514	4.638.147	36,1%
Deduções à Receita Operacional	(2.184.350)	(1.020.808)	>100,0%
Receita Operacional Líquida	4.130.164	3.617.339	14,2%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(3.625.637)	(3.106.207)	16,7%
EBITDA (1)*	648.789	695.557	-6,7%
Margem EBITDA*	15,71%	19,23%	-3,52 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	17,45%	20,69%	-3,24 p.p
EBIT (2)*	504.527	511.132	-1,3%
Margem EBIT*	12,22%	14,13%	-1,91 p.p
Resultado Financeiro	(64.175)	(271.877)	-76,4%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(77.281)	12.305	<-100,0%
Lucro Líquido	363.070	251.559	44,3%
Margem Líquida	8,79%	6,95%	1,84 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	9,77%	7,48%	2,29 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	4,66	3,23	44,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações

(2) EBIT: Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Coelce alcançou um incremento de R\$ 1.680 milhões em relação ao ano de 2014. Este aumento é o efeito líquido dos seguintes fatores, destacados abaixo:

ório da Administração

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2015	2014	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	4.758.742	3.562.219	33,6%
Subsídio Baixa Renda	187.428	213.143	-12,1%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	221.375	167.573	32,1%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	5.167.545	3.942.935	31,1%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	557.910	306.409	82,1%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	100.909	76.343	32,2%
Receita Operacional IFRIC-12	412.799	254.981	61,9%
Outras Receitas	75.351	57.479	31,1%
Total - Receita Operacional Bruta	6.314.514	4.638.147	36,1%

Variações relevantes

Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo (incremento de R\$ 1.225 milhões). Este incremento está associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- Efeito do Revisão Tarifária Extraordinária de 2015, aplicado a partir de 01 de março de 2015, que incrementou as tarifas da Coelce em 10,3% em média;
- Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2015, aplicado a partir de 22 de abril de 2014, que incrementou as tarifas da Coelce em 11,69% em média;
- Descadastramento de aproximadamente 34,0% (em média) dos consumidores Baixa Renda de janeiro a dezembro de 2015, reflexo do não atendimento a certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento (em termos contábeis, isso significa que houve uma “reclassificação” da rubrica Subsídio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica);
- Aumento de 1,9 % no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (10.145 GWh em 2015 versus 9.960 GWh em 2014).

Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (incremento de R\$ 251 milhões). Este incremento está associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- Entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, a partir de janeiro de 2015, que são contabilizadas nesta rubrica;
- Tendo em vista os aportes oriundos da CONTA-ACR em 2014, eram contabilizados como redutores de despesas, houve menores constituições de CVA do que em 2015.
- Tendo em vista que a Revisão Tarifária Periódica da Coelce, aplicada a partir de 22 de abril de 2015, não refletia integralmente a metodologia final definida para o 4º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (2015 – 2019), já que nesta data a metodologia ainda não se encontrava completamente concluída e homologada pelo órgão regulador (ANEEL), a Coelce passou a constituir um ativo regulatório, a partir de maio de 2015, relativo à melhor estimativa da Companhia referente aos valores a receber, a partir de 22 de abril de 2016, em função da aplicação retroativa dos efeitos da metodologia final do 4º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas. Em 2015, o montante total constituído foi de aproximadamente R\$ 80,7 milhões. Este valor transita no resultado da Companhia na rubrica de Valores a Receber da Parcela A e outros itens financeiros.

Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita em 2015 apresentaram incremento de R\$ 1.163 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento é o efeito das seguintes variações:

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2015	2014	Var. %
ICMS	(1.231.703)	(837.752)	47,0%
COFINS	(472.537)	(112.648)	>100,0%
PIS	(102.600)	(24.456)	>100,0%
Total – Tributos	(1.806.840)	(974.856)	85,3%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(32.159)	(30.761)	4,5%
Encargo CDE e outros encargos	(345.351)	(15.191)	>100,0%
Total - Encargos Setoriais	(377.510)	(45.952)	>100,0%
Total - Deduções da Receita	(2.184.350)	(1.020.808)	>100,0%

Variações relevantes

Os Tributos (incremento de R\$ 832 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados. Além disso para as linhas de PIS e COFINS além do incremento da receita bruta da Companhia, houve o reconhecimento no resultado societário (IFRS) dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros, a partir de dezembro de 2014, por força de aditivo ao contrato de concessão, e que passaram a entrar para a base de cálculo, além da publicação da Lei 12.973/14, que a partir de 2015 mudou o regime de competência destas rubricas e passaram a ser tributados por competência e não mais por regime de caixa.

Encargos Setoriais (acréscimo de R\$ 332 milhões): O incremento se deve, principalmente, à elevação substancial da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2015 alcançaram -R\$ 3.626 milhões, um incremento de R\$ 526 milhões em relação ao ano de 2014. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2015	2014	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.315.396)	(2.103.840)	10,1%
Encargo do Uso da Rede e de Serviço do Sistema (ESS)	(198.199)	(90.386)	>100,0%
Total - Não gerenciáveis	(2.513.595)	(2.194.226)	14,6%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(171.001)	(140.114)	22,0%
Material e Serviços de Terceiros	(276.989)	(264.883)	4,6%
Depreciação e Amortização	(144.262)	(184.425)	-21,8%
Custo de Desativação de Bens	(16.544)	(12.934)	27,9%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.465)	(3.401)	>100,0%
Provisões para Contingências	(18.521)	(5.957)	>100,0%
Despesa IFRIC-12 (Custo de Construção)	(412.799)	(254.981)	61,9%
Outras Despesas Operacionais	(42.461)	(45.286)	-6,2%
Total - Gerenciáveis	(1.112.042)	(911.981)	21,9%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(3.625.637)	(3.106.207)	16,7%

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para Revenda (aumento de R\$ 212 milhões):

- Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA, indicador que reajusta os CCEARs);
- Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos (especialmente de térmicas), que possuem uma tarifa mais elevada, já incluindo aqueles que oriundos do leilão A-1 de 2014, vigentes a partir de janeiro de 2015, e leilão de ajuste, vigentes a partir de fevereiro de 2015;
- Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia em 2014, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14,

Incremento na rubrica de encargo de serviço do sistema (-R\$ 105 milhões): Com a redução do preço teto do PLD a partir de janeiro de 2015, uma maior quantidade de térmicas foi despachada fora da ordem de mérito, refletindo em uma maior incidência do ESS.

Custos e despesas gerenciáveis (aumento de R\$ 198 milhões):

- Incremento de 22,0% (-R\$ 31 milhões) nas despesas com pessoal, reflexo do efeito dos dissídios coletivos aplicados em outubro de 2014 e 2015, bem como o plano de demissão voluntária PDV, ocorrido no primeiro trimestre de 2015;
- Acréscimo (-R\$ 26 milhões) na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, principalmente em função do aumento da inadimplência entre 2015 versus 2014, em função dos seguintes efeitos:
 - Efeito da Revisão Tarifária Extraordinária de 2015, aplicado a partir de 01 de março de 2015, que incrementou as tarifas da Coelce em 10,3% em média;
 - Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2015, aplicado a partir de 22 de abril de 2014, que incrementou as tarifas da Coelce em 11,69% em média;
 - Entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo os últimos 6 meses de 2015 manteve a bandeira vermelha, devido ao custo marginal de operação (CMO), incluindo aquelas em função de segurança energética, ter sido superior a R\$ 388,48 MWh,
 - Impacto do aumento da inflação real e do cenário de desaceleração econômica sobre as finanças dos clientes.
- Incremento de -R\$ 13 milhões na rubrica de Provisão para Contingências: A variação observada se refere, sobretudo, à provisão de R\$ 5 milhões em setembro de 2015, relativo a processo de natureza cível.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA da Coelce em 2015 atingiu o montante de R\$ 649 milhões, o que representa uma redução de R\$ 47 milhões em relação ao ano de 2014. A margem EBITDA da Companhia em 2015 foi de 15,71%, com um decréscimo de 3,52 p.p. em relação a 2014. A margem EBITDA ex custo de construção da Companhia em 2015 foi de 17,45%, o que representa uma redução de 3,24 p.p. em relação a 2014.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito somente nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013. Assim, abaixo demonstramos a conciliação dos cálculos acima citados:

	2015	2014	Var. %
Lucro Líquido do Período	363.070	251.559	44,3%
(+) Tributo sobre o Lucro	77.281	(12.305)	<-100,0%
(+) Resultado Financeiro	64.175	271.877	-76,4%
(=) EBIT	504.527	511.132	-1,3%
(+) Depreciações e Amortizações	144.262	184.425	-21,8%
(=) EBITDA	648.789	695.557	-6,7%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Coelce, no ano de 2015, ficou em -R\$ 64 milhões, uma redução de R\$ 216 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

Órgão da Administração

	2015	2014	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicações Financeiras	14.379	10.201	41,0%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	62.372	41.041	52,0%
Receita ativo indenizável	41.381	28.428	45,6%
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	45.047	-	-
Outras	25.815	16.994	51,9%
Total - Receitas Financeiras	188.994	96.664	95,5%
Despesas financeiras			
Encargo de Dívidas	(126.081)	(85.690)	47,1%
Variações Monetárias	(41.587)	(22.888)	81,7%
Atualizações de Impostos, Provisões e Multas	(34.620)	(43.723)	-20,8%
Despesa do Ativo Indenizável	-	(133.405)	-100,0%
Multas	(15.327)	(30.111)	-49,1%
Outras	(35.554)	(52.724)	-32,6%
Total - Despesas Financeiras	(253.169)	(368.541)	-31,3%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(64.175)	(271.877)	-76,4%

Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia (incremento de R\$ 21 milhões): A variação reflete um maior pagamento de faturas em atraso pelos consumidores, reflexo dos aumentos tarifários observados no período, associados à desaceleração econômica do país.

Incremento de R\$ 13 milhões na rubrica de receita do ativo indenizável: O valor registrado em 2015 refere-se à atualização mensal do ativo indenizável pela inflação, que em 2015 sofreu alteração metodológica e passou a ser corrigido pelo IPCA e não mais pelo IGPM.

Incremento de R\$ 45 milhões na rubrica Variação Monetária Parcela A e outros itens financeiros: Essa variação se deve, principalmente, à atualização financeira dos ativos a receber da parcela A e outros itens financeiros, devido à assinatura do aditivo ao contrato de concessão, alteração que permitiu à Coelce e demais distribuidoras contabilizar nos seus resultados e balanços societários (IFRS), pelo regime de competência, os ativos e passivos regulatórios constituídos. O termo aditivo ao contrato de concessão, processo nº 48500.0005603/2014-05, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

Encargo de Dívidas (aumento de R\$ 40 milhões): Este incremento deve-se, fundamentalmente, à elevação dos indexadores que atualizam a dívida da Companhia, especialmente o CDI e o IPCA.

Tributos e Outros

	2015	2014	Var. %
IR e CSLL	(143.911)	(63.806)	>100,0%
Incentivo Fiscal SUDENE	74.679	84.904	-12,0%
Amortização do Ágio e Reversão da Provisão	(8.049)	(8.793)	-8,5%
Total	(77.281)	12.304	<-100,0%

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) em 2015 registrou um incremento de (-R\$ 80 milhões) em relação ao ano de 2014. Esta variação é o reflexo do aumento da base de cálculo para estes tributos.

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2015 um lucro líquido de R\$ 363 milhões, valor R\$ 120 milhões superior ao registrado no ano de 2014. A Margem Líquida em 2015 alcançou 8,79%. Excluindo-se a receita de custo de construção, a Margem Líquida da Companhia apresentou 9,77%.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

	2015	2014	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	1.294.168	1.260.059	2,7%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	64.492	191.889	-66,4%
Dívida Líquida (R\$ mil)	1.229.676	1.068.170	15,1%
Dívida Bruta / EBITDA*	1,99	1,81	9,9%
EBITDA(1) / Encargos de Dívida(3)*	5,15	8,12	-36,6%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,38	0,42	-8,1%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,37	0,38	-1,6%

(1) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2015 em R\$ 1.294 milhões, um incremento de R\$ 34 milhões em relação a 2014. Esta variação deve-se, basicamente, a novas captações de dívidas (R\$ 87 milhões em linhas bancárias e R\$ 55 milhões de recursos oriundos do BNDES), compensada, em parte, por amortizações ocorridas no período, que alcançaram R\$ 155 milhões.

A Coelce encerrou 2015 com o custo médio da dívida de 13,09% a.a., equivalente a cerca de CDI + 0,47% a.a.

Colchão de Liquidez

No ano de 2014, foi autorizada pela Aneel a realização de operações de mútuo da Enel Brasil para a Coelce, com o objetivo de assegurar a liquidez da companhia em caso de necessidade, no montante de até R\$ 200 milhões e prazo máximo de 2 anos. Além disso, para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor R\$ 190 milhões em linhas de crédito abertas com bancos, em caráter irrevogável

ório da Administração

(linhas comprometidas), para utilização com prazo máximo de captação de 2 anos, além de R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

Classificação de Riscos (Rating)

Em setembro de 2015, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's reposicionou o *rating* da Coelce para brAA+ na Escala Nacional Brasil, com perspectiva negativa, em função do rebaixamento do risco soberano do Brasil.

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2015	2014	Var. %
Novas Conexões	164.315	142.209	15,5%
Rede	131.308	103.029	27,4%
Combate às Perdas	35.764	30.969	15,5%
Qualidade do Sistema Elétrico	64.951	47.113	37,9%
Outros	30.593	24.947	22,6%
Medidores	6.551	7.805	-16,1%
Outros (Non - Network)	40.748	23.133	76,1%
Variação de Estoque	83.745	(1.387)	<-100,0%
Total Investido	426.667	274.789	55,3%
Aportes / Subsídios	(25.107)	(9.680)	>100,0%
Investimento Líquido	401.560	265.109	51,5%

Os investimentos realizados pela Coelce em 2015 alcançaram R\$ 427 milhões, um incremento de R\$ 151 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume de investimentos em 2015 foi direcionado a novas conexões, que representaram cerca de 41% de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 402 milhões em 2015.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Prêmio ABRADÉE - A Coelce foi eleita pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica) a melhor distribuidora de energia do Brasil, pela quinta vez, durante a 17ª edição do Prêmio. Além disso, a Coelce também recebeu o prêmio de primeiro lugar na categoria "Responsabilidade Social", pela quarta vez consecutiva, e o primeiro lugar na categoria "Qualidade na Gestão".

Prêmio PNUD - Referência em Negócios Inclusivos - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil elegeu o Ecoelce como umas das 19 iniciativas brasileiras no relatório "Mercados Inclusivos no Brasil: Desafios e Oportunidades do Ecosistema de Negócios". O programa reconhece as empresas que se destacam em sustentabilidade e mostra como o setor privado pode implantar soluções inovadoras na área.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2015 a Coelce reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico do Ceará e reforçou também seu foco na sustentabilidade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade. Para atendimento às necessidades e expectativas das comunidades em que atua, a companhia atua em parceria com cerca de 240 líderes comunitários e possui implantados projetos socioambientais em educação, geração de renda, eficiência energética e cultura. Em 2015 foram investidos R\$ 23,1 milhões, que beneficiaram mais de 1 milhão de pessoas no Ceará.

Com os recursos aplicados, permitiu-se oferecer aos cearenses – clientes e colaboradores, projetos de impacto relevante em suas vidas, especialmente para as comunidades de baixa renda, público-alvo dos seus projetos. A seguir se apresentam os principais projetos desenvolvidos no período:

Ecoelce - O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia. São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da Coelce possam trocar seus resíduos por bônus na conta de luz. Os clientes contam com 118 pontos de coleta, que arrecadaram 21.517 toneladas de resíduos em 2015, revertidos em mais de R\$ 700 mil em descontos.

Luz Solidária - O projeto este ano já conta com mais de 15 mil clientes participantes e estimula o uso de eletrodomésticos eficientes. O cliente adquire aparelhos de baixo consumo de energia elétrica, mediante a troca do seu equipamento ineficiente. São concedidos descontos, mediante doação de um valor pré-determinado, para uma das instituições participantes dos projetos sociais da Coelce, cadastradas no Luz Solidária.

Troca Eficiente - Troca de lâmpadas e geladeiras de clientes de baixa renda por equipamentos eficientes e certificados com o selo PROCEL de baixo consumo. Em 2015 foram beneficiados mais de 34 mil pessoas;

Coelce Cultural – Fomento à cultura cearense por meio do apoio a projetos culturais de música, circo, audiovisual, dança, patrimônio material e imaterial e teatro. Além disso, a companhia aplica recursos no Fundo Estaduais da Cultura que, por sua vez, permite a gestão de equipamentos culturais do Ceará, realizada pela Secretaria de Cultura por meio de editais públicos. Só este ano, participaram do projeto direta e indiretamente, mais de 5 milhões de pessoas.

Baú de Leitura – O Programa que promove a leitura e a sua democratização por meio da doação de um acervo contendo 400 livros de literatura, em geral para crianças e jovens, completou 10 anos em 2015. Desde o seu início, já entregou 309 baús em 86 municípios do Ceará e para sensibilizar e estimular o uso dos livros há a narração de histórias e roda de leitura no momento da entrega, para as crianças e adolescente de instituições sociais inseridas em áreas de risco social;

Energia Social – O projeto envolve a realização de cursos de aprimoramento de técnicas artesanais e gestão para venda de produtos e o incentivo à formação de grupos produtivos, gerando renda alternativa para aumentar o orçamento familiar dos beneficiados; e atividades de formação de jovens

Órgão da Administração

de comunidades com baixa renda para o mercado de trabalho e orientação para o mercado de trabalho. Após a formação, a Coelce encaminha os jovens participantes para processos seletivos de vagas de emprego ou estágio na Coelce ou em empresas contratadas pela companhia. Em 2015, 3.838 pessoas, de regiões socialmente mais vulneráveis, foram beneficiadas;

Rede do Bem – Programa de voluntariado Enel Brasil, que desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 o programa passou por uma reformulação com o lançamento da plataforma digital da Rede do Bem que permitiu maior alcance das atividades e participação mais ativa dos voluntários. No fim de 2015 a plataforma já contava com 512 usuários cadastrados e mais de 30 ações publicadas. Cerca de 2.700 pessoas foram beneficiadas, através dos 130 voluntários participantes do programa neste ano.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em rede”: Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Nas ações promovidas durante o “Mês Ser” a Coelce contou com mais de 1.500 participações de colaboradores, distribuídas em 44 atividades, que reforçaram conceitos e práticas nos pilares Ser Econômico, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Humano.

Além disso, a empresa manteve seus processos certificados pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instituição CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a EY Brasil Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais e revisões das suas informações trimestrais para um período de 5 (cinco) anos, assim como contratou alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso específico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços de auditoria externa independente.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição da Diretoria

- Abel Alves Rochinha – Diretor Presidente
- Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- José Nunes de Almeida Neto – Diretor de Relações Institucionais
- Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos e Organização
- José Távora Batista – Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes
- Olga Jovanna Carranza Salazar – Diretora de Mercado
- Luis Fermin Larumbe Aragon – Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle
- Janaina Savino Vilella Carro – Diretora de Comunicação
- José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
- Claudio Manuel Rivera Moya - Diretor de Planejamento e Engenharia
- Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora Jurídica
- Margot Frota Cohn Pires - Diretora de Compras

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos:

- Mário Fernando de Melo Santos
- Marcelo Andrés Llénvenes Rebolledo
- Cláudio Manuel Rivera Moya
- Gianluca Caccialupi
- Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque
- José Alves de Mello Franco
- Luis Fermin Larumbe Aragón
- Jorge Parente Frota Júnior
- Francisco Honório Pinheiro Alves
- João Francisco Landim Tavares
- Fernando Augusto Macedo de Melo

Conselheiros Suplentes:

- Olga Jovanna Carranza Salazar
- José Nunes de Almeida Neto
- Maria Eduarda Fischer Alcure
- Teobaldo José Cavalcante Leal
- José Caminha Araripe Júnior
- José Távora Batista
- Carlos Ewandro Naegle
- Marcia Massotti de Carvalho
- Robson Figueiredo de Oliveira
- Nelson Ribas Visconti
- Vlândia Viana Régis

Composição do Conselho Fiscal

Conselheiros Efetivos

- Raimundo Francisco Padilha Sampaio
- Antonio Cleber Uchoa Cunha
- Sergio Queiroz Lyra

Conselheiros Suplentes

- Aldemir Ferreira de Paula Augusto
- José Aldro Luiz de Oliveira
- Karlla Farias de Senna Garcia de Lima

Contador Responsável

André Oswaldo dos Santos - CRC SP-235939/O-7

Relações com Investidores

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Hugo de Barros Nascimento – Responsável por Relações com Investidores

www.coelce.com.br/ri.htm - investor@coelce.com.br

+55 21 2613-7773 / +55 85 3453-4995

Demonstrações Financeiras

Companhia Energética do Ceará - COELCE

31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Notas Explicativas

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Ceará - COELCE
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Notas Explicativas

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - COELCE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	57.230	180.434
Títulos e valores mobiliários	6	7.262	11.455
Consumidores	7	743.929	506.914
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	9	230.445	151.480
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	259.489	103.303
Tributos a compensar	10	74.345	92.670
Serviço em curso		55.982	62.758
Instrumentos financeiros derivativos - swap		3.156	585
Outros créditos		134.620	109.667
Total do ativo circulante		<u>1.566.458</u>	1.219.266
Não circulante			
Consumidores	7	10.845	6.695
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	9	73.226	154.929
Depósitos vinculados a litígios	20	41.844	34.005
Tributos a compensar	10	28.841	18.488
Instrumentos financeiros derivativos - swap		-	4.984
Tributos diferidos	26	111.238	115.731
Benefício fiscal	11	56.606	64.655
Outros créditos		26.999	25.486
Ativo Indenizável (concessão)	12	889.932	783.713
Imobilizado		55.487	48.784
Intangível	13	1.748.244	1.551.405
Total do ativo não circulante		<u>3.043.262</u>	2.808.875
Total do ativo		<u><u>4.609.720</u></u>	<u><u>4.028.141</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	511.155	434.264
Empréstimos e financiamentos	16	205.505	72.189
Debêntures	17	190.292	59.341
Salários, provisões e encargos sociais		36.746	39.627
Obrigações fiscais	15	117.563	73.581
Dividendos a pagar		72.667	42.354
Taxas regulamentares		140.622	3.884
Benefícios pós-emprego	19	2.040	770
Programa luz para todos		48.489	52.074
Outras obrigações		<u>32.260</u>	<u>51.786</u>
Total do passivo circulante		<u>1.357.339</u>	<u>829.870</u>
Não circulante			
Fornecedores	14	6.765	6.874
Empréstimos e financiamentos	16	638.933	725.949
Debêntures	17	262.598	408.150
Obrigações fiscais	15	14.135	15.045
Benefícios pós-emprego	19	85.396	90.312
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	188.806	183.191
Outras obrigações		<u>50.701</u>	<u>52.906</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.247.334</u>	<u>1.482.427</u>
Patrimônio líquido	21		
Capital social		442.946	442.946
Reserva de capital		358.671	358.671
Reserva de lucros		1.201.730	910.551
Outros resultados abrangentes		<u>1.700</u>	<u>3.676</u>
Total do patrimônio líquido		<u>2.005.047</u>	<u>1.715.844</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>4.609.720</u></u>	<u><u>4.028.141</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	23	4.130.164	3.617.339
Custo do serviço	24	(3.440.148)	(2.965.307)
Lucro operacional bruto		690.016	652.032
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	24	(35.002)	(12.059)
Despesas gerais e administrativas	24	(145.018)	(113.162)
Outras despesas operacionais	24	(5.470)	(15.679)
Total despesas operacionais		(185.490)	(140.900)
Resultado do serviço público de energia elétrica		504.526	511.132
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	188.994	68.236
Despesas financeiras	25	(253.169)	(340.113)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		440.351	239.255
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(63.829)	(71.820)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(5.403)	92.918
Benefício fiscal	11	(8.049)	(8.794)
Lucro líquido do exercício		363.070	251.559
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		363.070	251.559
Lucro por ação - básico e diluído		4,66	3,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício		363.070	251.559
Outros resultados abrangentes			
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	19	314	(10.985)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós-emprego	26	(107)	3.735
Ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo	27	(2.993)	(1.123)
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativo	26	1.017	382
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>361.301</u>	<u>243.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital					Reservas de lucros		
	Capital social	De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicional
Saldos em 31 de dezembro de 2013	442.946	221.188	31.160	106.323	48.845	402.792	255.832	52.820
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(52.820)
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	19	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	26	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	26	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	21	-	-	-	-	84.904	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido								
Dividendos expirados	21	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	21	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	21	-	-	-	-	-	118.178	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	442.946	221.188	31.160	106.323	48.845	487.696	374.010	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	19	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	26	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	26	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	21	-	-	-	-	74.679	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido								
Dividendo mínimo obrigatório	21	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	21	-	-	-	-	-	216.500	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	442.946	221.188	31.160	106.323	48.845	562.375	590.510	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	(45.047)	-
Receita (despesa) de ativo indenizável	(41.381)	104.977
Valor residual de intangível e imobilizado baixados	12.052	20.007
Tributos e contribuições social diferidos	5.403	(92.919)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	47.017	43.648
Benefício fiscal	8.049	8.794
Obrigações com benefício pós-emprego	12.760	8.163
Provisão para perdas de estoques	-	(329)
Programas de P&D e de eficiência energética	32.159	30.761
	737.632	673.502
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:		
Consumidores	(270.630)	(75.735)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(149.455)	(91.624)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	47.785	(306.409)
Tributos a compensar	7.972	(31.162)
Depósitos vinculados a litígios	(7.839)	8.259
Outros créditos	(29.716)	(23.825)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	76.782	90.724
Salários, provisões e encargos sociais	(2.881)	7.518
Obrigações fiscais	43.897	(3.675)
Taxas regulamentares	136.738	438
Obrigações com benefícios pós-emprego	(16.091)	(12.572)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(41.402)	(22.394)
Outras obrigações	(58.498)	9.594
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(263.338)	(450.863)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no intangível e imobilizado	(426.880)	(270.609)
Títulos e valores mobiliários	4.193	568
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(422.687)	(270.041)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	142.541	581.477
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(103.207)	(278.488)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(83.683)	(40.258)
Pagamentos de debêntures	(52.000)	-
Pagamentos de juros de debêntures	(35.852)	(35.730)
Pagamento contrato dívida FAELCE	-	(12.824)
Parcelamento especial	(825)	(4.856)
Pagamento de dividendos	(41.785)	(76.772)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(174.811)	132.549
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(123.204)	85.147
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	180.434	95.287
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.230	180.434
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(123.204)	85.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	(29.463)	(3.401)
Provisão para perdas de estoques		-	329
Total de receitas		6.304.128	4.654.235
Insumos adquiridos de terceiros			
Compra de energia	24	(2.315.396)	(2.103.840)
Encargos de uso da rede elétrica	24	(198.199)	(90.386)
Custo de construção	24	(412.799)	(254.981)
Material e serviços de terceiros	24	(276.989)	(264.883)
Outras despesas operacionais	24	(60.075)	(47.381)
Total de insumos adquiridos de terceiros		(3.263.458)	(2.761.471)
(=) Valor adicionado bruto		3.040.670	1.892.764
(-) Depreciação e amortização	24	(144.262)	(184.425)
(=) Valor adicionado líquido		2.896.408	1.708.339
(+) Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	25	188.994	68.236
(=) Valor adicionado a distribuir		3.085.402	1.776.575
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		104.988	94.762
FGTS		5.102	3.999
Outros encargos sociais		7.061	7.539
Previdência privada		8.917	4.843
Auxílio-alimentação		9.153	8.581
Convênio assistencial e outros benefícios		16.971	4.470
Participação nos resultados		13.349	12.146
		165.541	136.340
Impostos, taxas e contribuições			
Federal		1.128.942	278.233
Estadual		1.231.719	837.753
Municipal		1.043	408
(-) Incentivos fiscais		(74.679)	(84.904)
		2.287.025	1.031.490
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações monetárias		167.668	108.578
Outras despesas financeiras		85.501	237.546
Aluguéis		16.597	10.479
		269.766	356.603
Remuneração de capitais próprios			
Dividendo mínimo obrigatório	21	72.098	41.810
Reserva de incentivo fiscal-SUDENE	21	74.679	84.904
Reserva de reforço de capital de giro	21	216.500	118.178
Ganho (perda) atuarial	19 e 21	(207)	7.250
		363.070	252.142
Total do valor adicionado distribuído		3.085.402	1.776.575
Valor adicionado (médio) por empregado		2.500	1.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de fevereiro de 2016.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

2.4. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

2.5. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão,

A amortização do ativo intangível reflete a vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

2.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.7. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.8. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

2.10. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.11. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado</p> <p><i>O propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.</p>
<p>Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013)</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.</p>

2.13. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.</i></p> <p><i>Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.</i></p> <p><i>Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias</p> <p><i>As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
<p>Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização</p> <p><i>As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
<p>Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
<p>Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto</p> <p><i>A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
<p>Alterações na IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas</p> <p><i>Esta melhoria permite que as entidades a usar o método da equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações financeiras separadas. O objetivo da melhoria é minimizar os custos associados com o cumprimento com o IFRS, em particular para aquelas entidades que aplicam IFRS pela primeira vez, sem reduzir a informação disponível para os investidores.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
<p>Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação</p> <p><i>O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.</p> <p><i>As modificações, que tem um escopo restrito, introduzem clarificações aos requerimentos para as contabilizações dos investimentos nas entidades. As alterações também visam em algumas circunstâncias reduzir os impactos das aplicações da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

3. Revisão ordinária e extraordinária

Foi aprovada em 27/02/2015, através da Resolução Homologatória nº 1.858, a revisão tarifária extraordinária que gerou um reajuste médio de 10,28%.

Em 22/04/2015 a Coelce teve homologado em caráter provisório¹ a 4ª Revisão Tarifária, através da Resolução Homologatória nº 1.882 gerando um efeito tarifário médio de 11,69%. Em função da definição da nova BRR, a Administração procedeu ao recálculo do ativo financeiro remanescente ao final da concessão não tendo sido identificados ajustes significativos.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória**a) Conta do Ambiente de Contratação Regulada – ACR**

A Coelce recebeu aporte de R\$ 132.560, conforme Despacho nº 773, de 27/03/2015, que reduziu a conta de “Valores a receber de Parcela A” registrada no ativo circulante da Companhia.

b) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia.

O Decreto nº 8.401, de 04/02/2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição passam a ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Os recursos disponíveis nessa conta serão repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos por cada distribuidora e a cobertura tarifária vigente de cada agente.

¹ Até 22 de abril de 2015, parte da metodologia a ser aplicada ao 4º Ciclo de Revisão Tarifária das distribuidoras ainda não havia sido aprovada pela ANEEL. Dessa forma, a 4ª Revisão Tarifária da COELCE foi em parte realizada adotando-se a metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária. Para garantir um tratamento isonômico entre a COELCE e as demais distribuidoras, a ANEEL optou por homologar em caráter provisório a 4ª Revisão Tarifária da COELCE. As diferenças apuradas entre as tarifas de energia homologadas e os resultantes da aplicação da nova metodologia serão compensadas no reajuste tarifário de 2016.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará****c) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro**

A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

d) Mudança da índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias

A Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015 dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá passa a ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

e) Revisão tarifária PRORET – 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("CRTP")

A partir da Resolução Normativa nº 660, de 28/04/2015, dentre outras alterações, as receitas faturadas com Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente Reativo - ER, a partir de maio de 2015 passaram a ser contabilizadas como passivos setoriais, no passivo não circulante. A partir do 5º CRTP, estes valores serão devolvidos ao consumidor através da tarifa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e contas correntes bancárias	29.322	42.043
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	-	101.474
Operações compromissadas	18.137	-
	18.137	101.474
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	1.654	13.063
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	8.117	23.854
	9.771	36.917
Aplicações financeiras	27.908	138.391
Total	57.230	180.434

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	7.094	11.455
LF - Letra Financeira	168	-
Total	<u>7.262</u>	<u>11.455</u>

7. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Residencial	123.213	102.528	37.671	263.412	166.515
Industrial	43.806	9.003	41.965	94.774	93.139
Comercial	51.275	23.093	14.557	88.925	55.817
Rural	35.250	18.956	21.859	76.065	43.813
Poder público	24.550	15.282	2.497	42.329	32.578
Iluminação pública	7.756	2.340	464	10.560	8.381
Serviço público	12.721	2.526	1.373	16.620	8.631
Subtotal	<u>298.571</u>	<u>173.728</u>	<u>120.386</u>	<u>592.685</u>	<u>408.874</u>
Fornecimento não faturado	192.265	-	-	192.265	140.186
Consumidores baixa renda	28.308	-	-	28.308	37.318
Parcelamento de débitos	33.131	-	-	33.131	12.447
Contas a receber com partes relacionadas	78	-	-	78	40
Outros créditos	4.097	6.193	759	11.049	5.982
Subtotal	<u>556.450</u>	<u>179.921</u>	<u>121.145</u>	<u>857.516</u>	<u>604.847</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(113.587)	(113.587)	(97.933)
Total circulante	<u>556.450</u>	<u>179.921</u>	<u>7.558</u>	<u>743.929</u>	<u>506.914</u>
Não circulante					
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos	-	-	12.586	12.586	7.231
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(17.030)	(17.030)	(15.825)
Total não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.845</u>	<u>10.845</u>	<u>6.695</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	<u>31/12/2014</u>	Adições	Baixas	<u>31/12/2015</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(113.758)	(29.465)	12.606	(130.617)
	<u>(113.758)</u>	<u>(29.465)</u>	<u>12.606</u>	<u>(130.617)</u>

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	105.581
Resolução homologatória 1.882/2015	188.630	-
Parcela de ajuste (estimativa)	(10.361)	(2.278)
Atualização monetária (*)	6.731	-
	<u>259.489</u>	<u>103.303</u>

* A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA e que deverá ser aplicada a partir de março/2015.

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

Em 08 de julho de 2015, foi proferida em favor da Companhia, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde novembro de 2014, com os valores mensalmente devidos pela COELCE, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 137.704, correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

9. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compra de energia	142.311	31.481	138.931	55.555
Encargo de serviço do sistema - ESS	(72.704)	(18.828)	(46.403)	(18.502)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	42.003	18.474	1.035	458
Uso da rede básica	8.285	1.104	19.690	7.933
Outros	7.515	3.731	(90)	(868)
Total das amortizações / diferimentos tarifários (CVAs)	127.410	35.962	113.163	44.576
Repasse de sobrecontratação de energia	7.580	11.985	42.310	17.700
Recomposição de ICMS	80.771	28.016	30.710	91.210
Bandeira não faturada	(19.590)	-	-	-
Postergação de revisão tarifária	-	-	(34.574)	-
Neutralidade	(2.051)	(93)	(4.713)	(1.444)
Outros	36.325	(2.644)	4.584	2.887
Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	103.035	37.264	38.317	110.353
Total dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	230.445	73.226	151.480	154.929

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

10. Tributos a compensar

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	16.611	-	25.188	-
ICMS (a)	38.914	28.841	34.595	18.488
ICMS parcelamento	11.056	-	11.056	-
PIS e COFINS	7.049	-	2.452	-
INSS Patronal	705	-	18.645	-
Outros tributos	10	-	734	-
Total	74.345	28.841	92.670	18.488

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 48.069 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 31.454 em 2014) refere-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. E o valor de R\$ 19.686 (R\$ 21.765 em 2014) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais (CEFIC) os quais são compensados no mês seguinte.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará****11. Benefício fiscal****Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2015	31/12/2014
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(608.736)	(585.061)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	318.747	303.121
Saldo	56.606	64.655

Reserva de capital	31/12/2015	31/12/2014
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

12. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	783.713	630.799
Transferências do ativo intangível	109.108	257.891
Marcação a mercado - ativo indenizável	(2.889)	(104.977)
Saldo final	889.932	783.713

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

13. Intangível

	Em Serviço				Em Curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.568.882	(1.770.968)	(443.541)	1.354.373	620.422	(225.624)	394.798	1.749.171
Adições	-	-	-	-	264.661	(9.680)	254.981	254.981
Baixas	(140.081)	120.090	-	(19.991)	-	-	-	(19.991)
Amortização	-	(209.654)	31.185	(178.469)	-	-	-	(178.469)
Transferências	663.482	-	(74.118)	589.364	(663.482)	74.118	(589.364)	-
Transferências para o ativo indenizável	(257.891)	-	-	(257.891)	-	-	-	(257.891)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	2.805	-	-	2.805	799,00	-	799	3.604
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.837.197	(1.860.532)	(486.474,00)	1.490.191	222.400	(161.186)	61.214	1.551.405
Adições	-	-	-	-	437.907	(25.108)	412.799	412.799
Baixas	(68.525)	58.371	54.296	44.142	-	-	-	44.142
Amortização	-	(182.612)	32.806	(149.806)	-	-	-	(149.806)
Transferências	294.523	-	(7.015)	287.508	(294.523)	7.015	(287.508)	-
Transferências para Ativo Indenizável	(112.408)	-	3.300	(109.108)	-	-	-	(109.108)
Reclassificação para o imobilizado	-	-	-	-	(1.188)	-	(1.188)	(1.188)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	3.950.787	(1.984.773)	(403.087)	1.562.927	364.596	(179.279)	185.317	1.748.244

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783.

14. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento e transporte de energia		
Compra de energia	299.417	247.969
Energia livre	10.690	8.516
Encargo de uso da rede	9.339	11.005
Diferencial Eletronuclear	661	8.592
Partes relacionadas (vide Nota 18)	126.360	94.113
Materiais e serviços	71.453	70.943
Total	517.920	441.138
Circulante	511.155	434.264
Não circulante	6.765	6.874

15. Obrigações fiscais

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	1.570	-	1.570	-	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	83.227	-	83.227	54.112	-	54.112
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.804	14.135	15.939	1.719	15.045	16.764
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.564	-	18.564	6.852	-	6.852
Programa de integração social - PIS	4.005	-	4.005	1.484	-	1.484
Imposto sobre serviços - ISS	1.100	-	1.100	1.536	-	1.536
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	3.037	-	3.037	1.754	-	1.754
Outros tributos e contribuições	4.256	-	4.256	6.124	-	6.124
Total	117.563	14.135	131.698	73.581	15.045	88.626

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

16. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2015	31/12/2014	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
Moeda estrangeira:							
União Federal – Bônus de Desconto	4.471	3.040	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal – Bônus ao Par	6.469	4.400	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	10.940	7.440					
Moeda nacional:							
Financiamentos							
Eletrobras	47.612	62.234	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	69.254	90.563	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis, Fiança Bancária e Conta Reserva	10% a.a.
BNDES FINAME 2012-2013	30.950	35.076	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 A	58.750	71.516	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 B	58.772	71.547	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) A	27.529	-	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	27.560	-	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18% a.a.
Empréstimos							
Itaú CCB	156.299	155.070	20/03/2014	20/03/2019	Mensal	-	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	306.298	304.692	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Working Capital Santander	50.474	-	21/03/2011	27/06/2016	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.
Total moeda nacional	833.498	790.698					
Total de empréstimos e financiamentos	844.438	798.138					
Circulante	205.505	72.189					
Não circulante	638.933	725.949					

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Plano de investimento	Desembolsado	Garantias
Financiamentos					
BNDES Capex 2012/2013	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	26%	Recebíveis
Eletrobras	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
Empréstimos					
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-
Working Capital Santander	Capital de giro	50.000	-	100%	-

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES / FINEM / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / FINEM / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2015					
2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total não circulante
194.686	194.093	177.532	33.166	39.456	638.933

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

17. Debêntures

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Série 3ª emissão	53.576	-	54.613	52.000
2ª Série 3ª emissão	137.060	263.073	5.105	356.970
(-) Custo de transação	(344)	(475)	(377)	(820)
Total sem efeito de swap	190.292	262.598	59.341	408.150
Resultado das operações de swap	(3.156)	-	(585)	(4.984)
Total de debêntures	187.136	262.598	58.756	403.166

Em 31 de dezembro de 2015 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2014	58.756	403.166	461.922
Atualização monetária	-	37.624	37.624
Amortizações	(52.000)	-	(52.000)
Transferências	183.082	(183.082)	-
Encargos provisionados	35.250	-	35.250
Encargos pagos	(35.852)	-	(35.852)
Transferência custo de transação	94	(94)	-
Apropriação custo de transação	377	-	377
Resultado das operações de swap	(2.571)	4.984	2.413
Em 31 de dezembro de 2015	187.136	262.598	449.734

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices.

Obrigações especiais financeiras	Índice
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

18. Partes relacionadas

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2015				31/12/2014					
			Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Passivo não circulante(*)	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Passivo não circulante(*)	Receita (despesa)	Intangível
Endesa Fortaleza - CGTF	(a)	Compra de Energia	-	125.096	-	(664.862)	-	-	91.834	-	(276.483)	-
Endesa Cachoeira - CDSA	(b)	Compra de Energia	-	873	-	(6.290)	-	-	643	-	(3.053)	-
Companhia de Interconexão Energética - CIEN	(c)	Encargo de Uso	-	193	-	(2.213)	-	-	290	-	(789)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE		Confissão de dívida	-	-	-	-	-	-	770	-	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	2.040	85.396	(8.882)	431	-	-	90.312	(1.639)	339
EN-Comercio e Serviço SA (PRATIL)	(e)	Arrecadação	78	198	-	950	-	40	-	-	238	-
Enel Energy Europe	(f)	Serviço	-	-	-	-	-	-	1.346	-	(1.279)	-
			78	128.400	85.396	(681.297)	431	40	94.883	90.312	(283.004)	339
(*) Plano de pensão			-	2.040	85.396	-	-	-	770	-	90.312	-
Parte relacionadas			78	126.360	-	(681.297)	431	40	94.113	-	(283.004)	339

* Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 7, 14 e 19).

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) CGTF - Central Geradora Termelétrica S.A.: Operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela Aneel reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado.
- b) CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.: Operações de compra de energia por parte da companhia oriundos de leilão CCEAR 2º LEE – 2005 ou MCSD 2º LEE 2005.
- c) CIEN - Companhia de Interconexão Energética: Despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- d) FAELCE - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.
- e) EN-Brasil Comércio e Serviços S.A. (“Prátil”): Contrato para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia.
- f) Enel Energy Europe: A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 12.895 (R\$ 10.184 em 2014). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

19. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- ▶ Complementação de aposentadoria por invalidez;
- ▶ Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- ▶ Complementação de aposentadoria por idade;
- ▶ Complementação de aposentadoria especial;
- ▶ Complementação de auxílio reclusão;
- ▶ Complementação de pensão por morte;
- ▶ Complementação de abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- ▶ Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- ▶ Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- ▶ Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 123.077 em 31 de dezembro de 2015. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois eventual benefício econômico para a patrocinadora, somente poderá ser requerido se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2015 apresentaram um passivo total de R\$ 87.436 (R\$ 91.082 em 2014).

Análise da obrigação atuarialConciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	904.974	817.861
Custo dos serviços correntes	3.038	(424)
Contribuição dos participantes	2.287	2.089
Custos dos juros	108.390	97.120
Benefícios pagos pelo plano	(70.087)	(60.038)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(54.902)	48.366
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	<u>893.700</u>	<u>904.974</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	961.150	910.871
Retorno esperado dos ativos do plano	117.105	110.589
contribuições recebidas de participantes do plano	2.287	2.089
Contribuições recebidas do empregador	16.091	25.395
Benefícios pagos pelo plano	(70.087)	(60.038)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(97.205)	(27.756)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	<u>929.341</u>	<u>961.150</u>

Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	147.257	177.515
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	18.436	22.056
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(42.616)	(52.313)
	<u>123.077</u>	<u>147.258</u>

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor presente das obrigações atuariais	893.700	904.974
Valor justo dos ativos	(929.341)	(961.150)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(35.641)	(56.176)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	123.077	147.258
(Ativo) passivo atuarial líquido	87.436	91.082
Dívida contratada	-	12.824
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	87.436	103.906

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo do serviço corrente bruto	5.325	1.665
Contribuições de participante	(2.287)	(2.089)
Custo do serviço líquido	3.038	(424)
Juros sobre a obrigação atuarial	108.390	97.120
Rendimento esperado dos ativos no ano	(117.105)	(110.589)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	18.437	22.056
Juros líquidos sobre o passivo	9.722	8.587
Total reconhecido na DRE	12.760	8.163

Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Renda fixa	757.386	779.064
Renda variável	64.446	70.244
Investimentos imobiliários	91.333	90.071
Outros	16.176	21.771
Total do valor justo dos ativos do plano	929.341	961.150

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(54.902)	48.366
(Ganho)/Perda sobre os ativos	97.205	27.756
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(42.617)	(52.313)
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	-	(12.824)
Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes	(314)	10.985

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	117.105	110.589
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(97.205)	(27.756)
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>19.900</u>	<u>82.833</u>

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Especificação</u>	<u>Planos BD</u>	<u>Plano CD</u>	<u>Plano Médico</u>	<u>Plano FGTS</u>
Taxa de desconto	14,18%	14,21%	14,16%	14,02%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	14,18%	14,21%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,69%	9,69%	N/A	9,69%
Taxa de inflação esperada	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,50%	6,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>			<u>Saldo</u>	
	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo</u>	
	<u>acumulado</u>			<u>monetária</u>	<u>acumulado</u>	
Trabalhistas	32.690	20.671	(17.867)	13.498	(9.717)	39.275
Cíveis	60.152	25.853	(14.719)	14.906	(7.612)	78.580
Fiscais	1.997	-	-	(6)	(20)	1.971
Regulatório	88.352	6.733	(2.150)	98	(24.053)	68.980
Total	<u>183.191</u>	<u>53.257</u>	<u>(34.736)</u>	<u>28.496</u>	<u>(41.402)</u>	<u>188.806</u>

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	51.185	41.085
Cíveis	820.779	644.569
Fiscais	408.148	396.678
Juizados especiais	7.944	8.135
	<u>1.288.055</u>	<u>1.090.467</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. O montante envolvido totaliza R\$ 333.750 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 307.636 em 2014).
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com o Município de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 35.685 e R\$ 3.370 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 50.792 e R\$ 3.083 em 2014).

Depósitos judiciais

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	16.670	11.179
Cíveis	21.763	19.313
Fiscais	3.411	3.513
Total	<u>41.844</u>	<u>34.005</u>

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará****21. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	44.061.433	91,66%	1.770.000	6,26%	-	0,00%	1.770.000	5,94%	45.831.433	58,87%
Energis	3.002.812	6,25%	8.818.006	31,21%	424	0,03%	8.818.430	29,60%	11.821.242	15,18%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e Clubes de Investimento	3.710	0,01%	6.297.545	22,29%	-	0,00%	6.297.545	21,14%	6.301.255	8,09%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	3.444.221	12,19%	-	0,00%	3.444.221	11,56%	4.363.624	5,60%
Outros	80.579	0,17%	3.955.172	14,00%	3.097	0,20%	3.958.269	13,29%	4.038.848	5,19%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76..

d) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na lei 12.973/2014.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, sendo ao final de cada período transferido para a reserva de lucro - devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

e) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 11.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro do exercício	363.070	251.559
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(74.679)	(84.904)
(+) Reversão de dividendos prescritos	-	583
Lucro ajustado	288.391	167.238
Dividendo mínimo obrigatório	72.098	41.810
	216.293	125.428
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	207	(7.250)
Reserva reforço de capital de giro	216.500	118.178

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>25% sobre o lucro líquido ajustado</u>		<u>Dividendos mínimos sobre o capital social</u>		<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ações ordinárias	44.514	25.813	-	-	44.514	25.813
Ações preferenciais A	26.163	15.172	9.644	9.644	26.163	15.172
Ações preferenciais B	1.421	824	873	873	1.421	824
Total	72.098	41.809	10.517	10.517	72.098	41.809

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

22. Lucro por ação

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	363.070	251.559
Nº de ações ordinárias e preferenciais (em unidades)	77.855.299	77.855.299
Lucro básico e diluído em reais por ação	4,66	3,23

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.067.937 ações ordinárias e 28.252.700 ações preferenciais classe A e 1.534.662 ações preferenciais classe B, totalizando 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e noventa e nove) ações.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

23. Receita líquida

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecimento faturado	4.726.253	3.540.811
Fornecimento não faturado	32.489	21.408
Consumidores, concessionários e permissionários	<u>4.758.742</u>	3.562.219
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	557.910	306.409
Subvenção baixa renda	185.946	213.143
Subvenção CDE - desconto tarifário	222.857	167.573
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	100.909	76.343
Receita de construção	412.799	254.981
Outras receitas	75.351	57.479
Receita operacional bruta	<u>6.314.514</u>	<u>4.638.147</u>
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.231.703)	(837.752)
COFINS	(472.537)	(112.648)
PIS	(102.600)	(24.456)
P&D	(32.159)	(30.761)
Encargo setorial CDE	(340.375)	(10.842)
Taxa de fiscalização	(4.772)	(4.576)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(204)	227
Total de deduções de receita	<u>(2.184.350)</u>	<u>(1.020.808)</u>
Total	<u>4.130.164</u>	<u>3.617.339</u>

24. Custos e despesas operacionais

Descrição	31/12/2015					31/12/2014				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal	(117.778)	-	(53.223)	-	(171.001)	(104.298)	-	(35.816)	-	(140.114)
Material	(45.135)	-	(584)	-	(45.719)	(12.115)	(66)	(803)	-	(12.984)
Serviços de terceiros	(174.732)	(5.534)	(51.004)	-	(231.270)	(193.776)	(8.527)	(49.596)	-	(251.899)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.315.396)	-	-	-	(2.315.396)	(2.103.840)	-	-	-	(2.103.840)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(198.199)	-	-	-	(198.199)	(90.386)	-	-	-	(90.386)
Depreciação e amortização	(134.288)	-	(9.974)	-	(144.262)	(172.103)	-	(12.322)	-	(184.425)
Custo na desativação de bens	(16.544)	-	-	-	(16.544)	(12.934)	-	-	-	(12.934)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(29.465)	-	-	(29.465)	-	(3.401)	-	-	(3.401)
Custo de construção	(412.799)	-	-	-	(412.799)	(254.981)	-	-	-	(254.981)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(18.521)	-	(18.521)	-	-	(5.957)	-	(5.957)
Indenizações DIC / FIC	(7.466)	-	-	-	(7.466)	(6.011)	-	-	-	(6.011)
Outras despesas operacionais	(17.810)	(3)	(11.712)	(5.470)	(34.995)	(14.863)	(65)	(8.668)	(15.679)	(39.275)
Total	<u>(3.440.148)</u>	<u>(35.002)</u>	<u>(145.018)</u>	<u>(5.470)</u>	<u>(3.625.638)</u>	<u>(2.965.307)</u>	<u>(12.059)</u>	<u>(113.162)</u>	<u>(15.679)</u>	<u>(3.106.207)</u>

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

25. Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	14.379	10.201
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	62.372	41.041
Receita de ativo indenizável	41.381	-
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	45.047	-
INSS Patronal	-	12.681
Outras receitas financeiras	25.815	4.313
Total das receitas financeiras	<u>188.994</u>	<u>68.236</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(41.587)	(22.888)
Encargos de dívidas	(126.081)	(85.690)
Encargos fundo de pensão	(9.722)	(8.587)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(28.496)	(37.691)
Atualizações de impostos e multas	(6.124)	(6.032)
Atualização P&D/PEE	(1.022)	(710)
IOF/IOC	(3.413)	(11.626)
Multas	(15.327)	(30.111)
Despesa de ativo indenizável	-	(104.977)
Outras despesas financeiras	(21.397)	(31.801)
Total das despesas financeiras	<u>(253.169)</u>	<u>(340.113)</u>
Resultado financeiro	<u>(64.175)</u>	<u>(271.877)</u>

26. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	440.351	440.351	239.255	239.255
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	<u>(110.064)</u>	<u>(39.632)</u>	<u>(59.814)</u>	<u>(21.533)</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	74.679	-	84.904	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(2.475)	(1.324)	3.193	1.150
IFRIC 12 e perdas indedutíveis	1.130	405	12.522	676
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(36.730)</u>	<u>(40.551)</u>	<u>40.805</u>	<u>(19.707)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.700)	(39.178)	(29.158)	(42.663)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.030)	(1.373)	69.963	22.956
Total	<u>(36.730)</u>	<u>(40.551)</u>	<u>40.805</u>	<u>(19.707)</u>

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IR e CS sobre diferenças temporárias	114.102	107.010	7.092	11.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.410	38.678	5.732	1.290
Provisão para ações judiciais e regulatórias	66.478	67.238	(760)	11.666
Provisão para obsolescência de estoque	1.120	1.039	81	(1.764)
Outras	2.094	55	2.039	24
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	<u>(51.009)</u>	<u>(38.514)</u>	<u>(12.495)</u>	<u>81.703</u>
Ativo indenizável (concessão)	(52.967)	(40.394)	(9.625)	34.196
Desreconhecimento de passivo regulatório	-	-	(2.948)	46.981
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(1.754)	(1.832)	78	526
Diferido Perdas de Bens	3.712	3.712	-	-
Subtotal - impacto no resultado do exercício	<u>63.093</u>	<u>68.496</u>	<u>(5.403)</u>	<u>92.919</u>
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	48.145	47.235	910	4.117
Plano de Pensão	49.021	49.128	(107)	3.735
Swap Passivo	(876)	(1.893)	1.017	382
Total	<u>111.238</u>	<u>115.731</u>	<u>(4.493)</u>	<u>97.036</u>

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

27. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará, dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios. A companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a COELCE justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4.682	7.249	32.097	107.946	28.519	180.493
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	54.187	17.601	166.562	660.000	26.765	925.115
Debêntures	-	-	220.286	295.106	-	515.392
	58.869	24.850	418.945	1.063.052	55.284	1.621.000
31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.882	7.906	34.811	142.479	39.536	228.614
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	2.160	15.874	69.241	708.219	16.566	812.060
Debêntures	-	-	89.891	471.915	-	561.806
	6.042	23.780	193.943	1.322.613	56.102	1.602.480

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015			
"Swaps" de juros 08/11/12	3.167	-	3.167
	3.167	-	3.167
31 de dezembro de 2014			
"Swaps" de juros 08/11/12	(3.247)	(1.161)	(4.408)
	(3.247)	(1.161)	(4.408)

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia dispõe de limites de conta garantida no valor de R\$ 50.000 e conta comprometida no valor de R\$ 190.000, totalizando linhas de crédito de R\$ 240.000.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 16 e 17, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 21).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2015 é de 37% (38% em 2014).

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Baseada nessa análise, em 2012, a Companhia realizou contratação de derivativos para mitigar este risco, trocando o risco de taxa de juros variável (CDI) para taxa de juros pré-fixada.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 84,7% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 11% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 4,14% das dívidas variáveis (4,93% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 3.156 (R\$ 5.569 em 2014), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 2.993 (R\$ 1.123 em 2014).

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos - financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2015		31/12/2014		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	57.230	57.230	180.434	180.434
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	7.262	7.262	11.455	11.455
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	50.463	50.463	54.518	54.518
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	754.774	754.774	513.609	513.609
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	2	303.671	303.671	306.409	306.409
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Empréstimos e recebíveis	2	3.156	3.156	5.569	5.569
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	889.932	889.932	783.713	783.713
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	833.498	829.905	790.698	777.031
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	452.890	452.954	467.491	467.418
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	10.940	9.406	7.440	7.034
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	517.920	517.920	441.138	441.138

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará****Instrumento financeiro derivativo**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2015 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	3.156	3.156	-

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2015 havia 1 (um) contrato de swap de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha operações de swap conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
					31/12/2015	31/12/2014
Contratos de swaps						
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97%aa 9,43%	-BRL 3.156	-BRL 5.569

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

Indexador do contrato	31/12/2015	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	61.043	69.246	8.203	74.280	13.237
CDI	65.986	81.227	15.241	96.027	30.041
SELIC	2.429	2.808	379	3.183	754
TJLP	12.894	14.889	1.995	16.862	3.968
FIXO	14.102	14.102	-	14.102	-
Dólares norte-americano	3.187	5.530	2.343	7.457	4.270
Total	159.641	187.802	28.161	211.911	52.270

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2015	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Debênture 1ª série - 3ª emissão	6.057	7.368	1.311	8.641	2.584
Swap ponta ativa	(6.057)	(7.368)	(1.311)	(8.641)	(2.584)
Swap ponta passiva	3.379	3.379	-	3.379	-
Total	3.379	3.379	-	3.379	-

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo swap é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.315.471 em 2016, R\$ 2.462.972 em 2017, R\$ 2.661.669 em 2018 e R\$ 62.541.029 após 2018.

29. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

O montante dessa participação no exercício de 2015 foi de R\$ 13.349 (R\$ 12.146 em 2014).

30. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia de sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2015	31/10/2016	R\$ 968.230	R\$ 192.195
Responsabilidade civil	01/11/2015	31/10/2016	N/A	R\$ 768.780

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2016

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/F-6

Paulo José Machado

Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2015, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2015 e pagamento de dividendos, declaramos que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Diretor Presidente: Abel Alves Rochinha

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes: José Távora Batista

Diretor de Planejamento e Engenharia: Claudio Manuel Rivera Moya

Diretora de Mercado: Olga Jovanna Carranza

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle: Luis Fermin Larumbe Aragón

Diretor de Recursos Humanos e Organização: Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor de Relações Institucionais: José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação: Janaína Savino Villela Carro

Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco

Diretora Jurídica: Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretora de Compras: Margot Frota Cohn Pires

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2015, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2015 e pagamento de dividendos, declaramos que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Após examinadas, discutidas e revisadas, declaramos que concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31/12/2015.

Diretor Presidente: Abel Alves Rochinha

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes: José Távora Batista

Diretor de Planejamento e Engenharia: Claudio Manuel Rivera Moya

Diretora de Mercado: Olga Jovanna Carranza

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle: Luis Fermin Larumbe Aragón

Diretor de Recursos Humanos e Organização: Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor de Relações Institucionais: José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação: Janaína Savino Villela Carro

Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco

Diretora Jurídica: Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretora de Compras: Margot Frota Cohn Pires